

EDUCAÇÃO E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: CONSTRUÇÃO E ARTICULAÇÃO NO COTIDIANO ESCOLAR

Simone Terezinha Feldhaus Souza – UNIPLAC
Maria de Lourdes Pinto de Almeida – UNIPLAC

Eixo Temático: Organização e gestão da educação básica

RESUMO

Este texto é parte de uma pesquisa mais ampla, que tem por objetivo analisar a construção e articulação do Projeto Político Pedagógico em unidades escolares que atuam com educação infantil de ensino público municipal. Compreendendo a importância do Projeto Político Pedagógico, procuraremos refletir quanto à sua aplicabilidade no cotidiano da escola. Nosso problema de pesquisa é investigar como e quando acontece a elaboração e utilização do mesmo pela equipe escolar, os critérios utilizados para elaborá-lo, sua abrangência, caso haja participação da comunidade como ela se sente enquanto partícipe da gestão escolar. A elaboração do Projeto Político Pedagógico é de competência da instituição, baseando-se na realidade local, em uma construção coletiva que vai se aperfeiçoando e concretizando no decorrer da caminhada. A gestão escolar participativa representa uma possibilidade dos pais e da comunidade participar mais ativamente da escola, auxiliando nas decisões relativas aos rumos a serem seguidos, e o Projeto Político Pedagógico deve estar inserido neste processo educacional, devendo, renovar-se constantemente, pois, é uma ação permanente de reflexão e discussão de problemas em busca de alternativas para solucioná-los. Para análise dos dados foi escolhida a análise de conteúdo via Lawrence Bardin para categorização dos dados coletados. As pessoas que fazem parte da escola precisam conhecer a comunidade, saber suas necessidades para em conjunto, definir os objetivos que juntos assumirão como compromisso durante o ano.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico. Educação Infantil. Ensino Público Municipal.

1. INTRODUÇÃO

“As palavras bonitas podem encher nossos ouvidos, mas nos deixar de mãos vazias em termos de compromisso e de instrumentos de transformação da realidade...”
(VASCONCELLOS, 2005, p. 179)

As relações que se estabelecem entre a teoria e a prática, mais especificamente o projeto político pedagógico, objeto de estudo desta Dissertação, fazem parte de um contexto de inquietações e contradições que durante minha prática profissional vivenciei, principalmente após deparar-me com fragmentos deste objeto.

Durante minha trajetória profissional e por algumas escolas onde atuei tive pouco acesso ao Projeto Político Pedagógico e parece-me que o mesmo é visto como uma exigência da Secretaria de Educação do Município, que tanto Direção Escolar quanto professores não se sentem preparados para elaborá-lo e utilizá-lo como instrumento norteador de ações da escola. Ele traduz a vontade de mudar, pensar o que se tem de concreto e trabalhar as utopias, permite, também, avaliar o que foi realizado e ainda projetar mudanças.

O objetivo desta pesquisa é analisar a elaboração e utilização do projeto político pedagógico, conhecer as pessoas envolvidas nesta construção, algumas unidades escolares que atuam com Educação Infantil, a vivência dos professores, envolvimento com a comunidade, saber quem participa da elaboração do mesmo e o utiliza como auxiliar em sala de aula, bem como, foi estruturado e organizado. Entende-se que o Projeto Político Pedagógico é uma ação intencional e o resultado de um trabalho coletivo, que busca metas comuns que intervenham na realidade escolar.

Acreditamos que esta pesquisa será de fundamental importância para investigar e compreender como a escola esta articulando o Projeto Político Pedagógico como instrumento de apoio e alinhando a teoria com a prática.

2. IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Diante desta questão, Demo (1998), assim se refere,

Existindo projeto pedagógico próprio, torna-se bem mais fácil planejar o ano letivo, ou rever e aperfeiçoar a oferta curricular, aprimorar expedientes avaliativos, demonstrando a capacidade de evolução positiva crescente. É possível lançar desafios estratégicos, como: diminuir a repetência, introduzir índices crescentes de melhoria qualitativa, experimentar didáticas alternativas, atingir posição de excelência. (p. 248)

Nesse sentido, consideramos que o Projeto Político Pedagógico prevê todas as atividades da escola, do pedagógico ao administrativo, devendo ser uma das metas do projeto construir uma escola democrática, capaz de contemplar vontades da comunidade na qual ele surge tanto na sua elaboração quanto na sua operacionalização, desde professores, técnicos, pais, representantes de alunos, funcionários e outros membros da comunidade escolar.

As pessoas que fazem parte da escola precisam conhecer a comunidade, alunos, pais, saber suas necessidades e dificuldades para então, em conjunto, definir os projetos e os objetivos que juntos assumirão como compromisso para o decorrer do ano. Saviani (2009) pede aos professores que:

(...) não apenas ministrem suas aulas, mas também participem da elaboração do Projeto Político Pedagógico das escolas; da vida da comunidade, animando-a e respondendo às suas demandas; da gestão da escola; e do acompanhamento dos estudos dos alunos, orientando-os e suprindo suas dificuldades específicas. (2009, p. 449)

Cabe ao gestor ter autonomia e articular esse processo para que todas as pessoas envolvidas na elaboração deste projeto sejam orientadas, informadas e estimuladas para a construção do Projeto Político Pedagógico. Assim, Veiga (1995, p.89) alerta “em que direção caminhar para provocar a construção coletiva de um Projeto Político Pedagógico capaz de atender de um lado às necessidades dos alunos e de outro à mediação do saber?” Acredito que a direção a caminhar seja aquela que vai ao encontro do anseio da comunidade, das necessidades deste universo onde a criança está inserida.

Para Zanlorenço (2008), é preciso haver uma parceria entre a comunidade a escola e isto se dará através de uma abertura de espaço amparada na gestão escolar participativa, é a oportunidade da participação efetiva e com responsabilidade da comunidade no ambiente escolar auxiliando nas decisões relativas aos rumos a serem seguidos pela instituição:

Para que os gestores das escolas efetivem um trabalho articulado com sua equipe de trabalho, devem ter como objetivo principal, criar um ambiente de solidariedade humana e de responsabilidade mútua, sem paternalismo, sendo justo e firme nas situações do cotidiano escolar, dividindo a autoridade entre os vários setores da escola. O diretor não estará perdendo poder, mas dividindo responsabilidades e assim a escola estará ganhando poder. (2008, p.02)

A atividade dos gestores é de extrema importância, sempre pautada no diálogo aberto para o bom desenvolvimento do seu trabalho, proporcionando um clima de respeito onde todos possam atuar com competência e igualdade de direitos, bem como motivar o grupo para o trabalho coletivo.

O funcionamento da organização escolar é fruto de um compromisso de interações e da participação de todos, pois, conforme Zanlorenço (2008), a escola é de todos e deverá estar

aberta a todos. Quanto maior a participação, maior será a aproximação entre os membros da escola formando o que a autora chama de uma “coletividade atuante” (p.06).

A gestão escolar participativa representa uma possibilidade dos pais e da comunidade participar mais ativamente da escola, auxiliando nas decisões relativas aos rumos a serem seguidos pela instituição, as diretrizes organizacionais que nortearão a atuação dos educadores, é uma forma da comunidade opinar sobre os elementos que são relevantes para a concretização de um ensino de qualidade

Uma vez que se instaure na escola espaços de reflexão sobre sua prática, elaboração e registro das diretrizes pedagógicas estarão dados as condições para as mudanças necessárias, para se rever a prática já estabelecida, para construção de uma escola democrática, que tenha por princípio o respeito à criança e a garantia da infância na escola. Para que, de fato, o ensino aconteça e a aprendizagem se realize, é necessário atuar com competência para se construir o diálogo e o companheirismo ético.

Segundo Sá (2010), no discurso oficial o que compete ao gestor escolar, é a sua importância como liderança garantindo a qualidade da educação com a participação dos profissionais e da comunidade escolar na elaboração do Projeto Político Pedagógico, com autonomia. Para ela a gestão escolar contribuirá:

(...) na articulação da escola com outras organizações para que as mesmas participem da construção de uma sociedade fundada na justiça social, na igualdade e na democracia. O que nos impõe a dúvida é se ao redigir um documento de extrema importância não estariam os gestores trilhando um caminho que se nos parece como uma especialidade, ou seja, o processo de gestão passa a ser tomado isoladamente, como se este, independentemente ou por si, pudesse resolver os problemas que afetam a escola. (2010, p.105)

Neste sentido, o gestor escolar tem o papel de um líder e representante do Estado para efetivar a democracia e a igualdade, entretanto o que preocupa é a tomada de decisões isoladamente e fora do contexto histórico prejudicando a práxis reflexiva.

O Projeto Político Pedagógico explicitará a sua concepção filosófica, retratando a visão de educação, de ser humano e de sociedade, sua organização administrativa e de ensino, os procedimentos pedagógicos, o processo de avaliação, o calendário letivo e como se dará a capacitação docente continuada, fazendo-o com a contribuição das famílias, do corpo docente e técnico- administrativo da escola.

A educação é uma ação pedagógica planejada que envolve cuidar, educar, incentivar, acompanhar e orientar, considerando as vivências já adquiridas pelas crianças e o contexto em

que vivem. Um projeto pedagógico deve ter por objetivo o desenvolvimento permanente das crianças e deve estar em constante reflexão e avaliação, garantindo os direitos dela no interior da instituição de educação para que esses se efetivem em sua totalidade.

Ainda no século XXI, a educação trás resquícios do início da nossa história, quando, segundo Monlevade (2000, p.13) “o mandonismo da sociedade impera e emperra a escola pública do Brasil.”. A instituição de ensino, muitas vezes, permanece autoritária, a desigualdade não é combatida, os portões permanecem fechados para os pais e quando o aluno adentra a sala de aula as portas se fecham e esquece-se de onde ele veio e quem é ele. Sua história é primordial para o entendimento de várias situações dentro do ambiente escolar como sua aprendizagem e seu comportamento. Para isso é preciso conhecer o contexto da criança e a comunidade onde a unidade escolar está inserida e isso se dará com o comprometimento, amadurecimento e a humildade do profissional de educação.

Enquanto professores, administração escolar e funcionários não caminharem juntos trabalhando o respeito e a igualdade dentro da escola, os pais não se sentirão a vontade para participar dela. O corpo docente escolar é o espelho da criança, os alunos refletirão as nossas atitudes dentro e fora da escola. Muitas vezes a criança passa a maior parte do tempo com os professores, pois, ao chegarem em casa seus pais estão trabalhando e não será na rua ou na televisão que terão os melhores exemplos. É preciso que os professores despertem para a conscientização que Freire (1980) falava. Dar mais autonomia e importância ao aluno, é preciso saber quem ele é e de onde ele veio, afinal, por que estamos na escola? Por quem? Qual é o nosso papel enquanto professor que tem um discurso que quer os alunos cidadãos críticos? Como ser crítico se ele não tem voz e vez? Atualmente o discurso que prevalece ainda é o de quem manda na escola.

O Projeto Político Pedagógico quando elaborado de forma adequada e com a participação de todos estará atendendo as necessidades dos alunos e da comunidade, sendo um documento que estará abordando e contextualizando a vivência do aluno com a sua aprendizagem.

No entanto, enquanto profissionais da educação não tiverem acesso e participarem deste momento, ele não terá valor e continuará sendo apenas um documento burocrático que foi elaborado por algumas pessoas que muitas vezes não tem muito conhecimento sobre a escola.

Esta pesquisa será de fundamental importância para avaliar como a escola está articulando este instrumento e alinhando a teoria com a prática. Se houver um distanciamento

entre a teoria e prática o objetivo da educação não estará se efetivando, os objetivos desta escola não serão atingidos e as prioridades ficarão no esquecimento.

O comprometimento da escola e dos professores motivará os pais para uma participação efetiva, os alunos se sentirão motivados e o ambiente se tornará de aprendizagem com igualdade e respeito.

As escolas selecionadas para a realização desta pesquisa foram dois CEIMs (Centros de Educação Infantil) da rede pública municipal de Lages – SC. São eles: CEIM Nelson Martins de Almeida e CEIM dos Filhos dos Funcionários. A escolha se deu pelo fato de um estar localizado na periferia com problemas sociais e econômicos e o outro ser localizado na parte central da cidade e ser criado para atender os filhos dos funcionários do município enquanto seus pais estão trabalhando.

O Projeto Político Pedagógico vê a escola como um todo em sua perspectiva estratégica, não apenas em sua dimensão pedagógica. É uma ferramenta gerencial que auxilia a escola a definir suas prioridades estratégicas, a converter as prioridades em metas educacionais e outras concretas, a decidir o que fazer para alcançar as metas de aprendizagem, a medir se os resultados foram atingidos e a avaliar o próprio desempenho.

Nesse sentido, o objetivo principal da elaboração deste documento por uma instituição educativa não está ligado apenas às exigências legais ou aos aspectos relacionados ao cumprimento de sua formalização textual, mas, sim, à qualidade conseguida ao longo do processo de sua elaboração, uma vez que o Projeto Político Pedagógico somente se constituirá em referência para as ações educativas se os sujeitos da comunidade escolar se reconhecer nele, para referendá-lo como tal. Vale lembrar que cada unidade de ensino possui suas características. Um Projeto Pedagógico de uma escola pode não dar resultado em outro, tendo em vista que há peculiaridades regionais a serem observados.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico é de competência da instituição, baseando-se na realidade daquele local. É uma construção coletiva de conhecimento que vai se aperfeiçoando e concretizando no decorrer da caminhada. Ele serve para solucionar problemas e transformar a prática pedagógica possibilitando re-significar a ação de todos os envolvidos na escola. Neste sentido, Vasconcellos afirma:

Quando vemos escolas fazendo projeto “porque o MEC está a exigir”, é claro que não podemos esperar muito diante deste risco de manipulação. Por outro lado, quando a escola despertou para a necessidade de se definir, de construir coletivamente sua identidade e de se organizar para concretizá-la, então o projeto pode ser um importante instrumento de luta e, inclusive, de denúncia, no caso de omissão da mantenedora. (2005, p. 173)

Partindo deste pressuposto, que quando somos cobrados, exigidos e pouco estimulados, este projeto pode não ser de acordo às necessidades educacionais daquele local e naquele momento, é preciso ter momentos de parada para estudos e debates sobre o Projeto Político Pedagógico. Com o comprometimento de todo o grupo envolvido, a realidade social, política e os problemas que a escola possa ter, tanto no âmbito de aprendizagem como a disciplina poderão ser amenizados, mas para que isto aconteça Veiga alerta que:

O projeto não é algo que se é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado por todos em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola. (1995, p.13).

O Projeto Político Pedagógico é um processo permanente de reflexão e discussão de problemas em busca de alternativas para solucioná-los. A escola precisa ter liberdade e autonomia para elaborá-lo e o mesmo deve ser feito por agentes que atuam naquele ambiente escolar e não por pessoas alheias àquele contexto. Queremos alunos autônomos, críticos e atuantes na sociedade, professores, pais e funcionários envolvidos. O Projeto Político Pedagógico deve renovar-se constantemente, caso contrário estará negando-se a si próprio. Para Veiga (1995, p.49) “a implantação de Projeto Político Pedagógico próprio é condição para que se afirme ou se construa simultaneamente a identidade da escola, como espaço pedagógico necessário à construção do conhecimento e da cidadania.”

É importante fazer o resgate para a mediação de saberes da própria realidade. O professor necessita de espaço para fazer suas reflexões e estudos e estar sempre disposto às mudanças, não ver a crítica como algo pessoal, mas algo que precisa ser repensado e avaliado, cuidando para não cair no modismo e acomodação, investindo na sua formação continuada. Para isso, Paulo Freire usa palavras sábias ao dizer: “como professor crítico, sou um “aventureiro” responsável, predisposto à mudança, à aceitação do diferente.” (2009, p. 50).

É preciso colocar o Projeto Político Pedagógico em ação, não o deixando engavetado ou sendo criado por anônimos, alheios ao contexto em que a escola está inserida. Não adianta discurso e palavras bonitas, é preciso ação coletiva de pessoas envolvidas neste meio escolar. Desta forma,

Um projeto político-pedagógico corretamente construído não garante que a mesma se transforme magicamente em uma instituição de melhor qualidade, mas certamente permitirá que seus integrantes tenham consciência de seu caminhar, interfiram em seus limites, aproveitem melhor as potencialidades e equacionem de maneira

coerente as dificuldades identificadas. Assim será possível pensar em um processo de ensino-aprendizagem com melhor qualidade e aberto para uma sociedade em constante mudança; a escola terá aguçado seus sentidos para captar e interferir nessas mudanças. (VEIGA, 1995, p.92)

O Projeto Político Pedagógico define políticas, organiza ações, otimiza recursos humanos, materiais e financeiros, mobiliza os diferentes setores na busca de objetivos comuns e por ser de domínio público, permite constante acompanhamento e avaliação. Para Veiga (1995, p. 113), “em suma, o Projeto Pedagógico dá voz à escola e é a concretização de sua identidade, de suas racionalidades interna e externa e, conseqüentemente, de sua autonomia.”

É importante ressaltar que a análise não se esgota na categorização das respostas. Buscaremos, conforme Lüdke e André (1986, p.49) sugerem, ultrapassar a mera descrição para uma melhor compreensão e interpretação do fenômeno, “(...) buscando acrescentar algo à discussão já existente sobre o assunto...”. Para elas, o pesquisador: “(...) terá que fazer um esforço de abstração, ultrapassando os dados, tentando estabelecer conexões e interpretações. É preciso dar um “salto”, como se diz vulgarmente, acrescentar algo ao já conhecido.”

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Edições 70. Lisboa, 1977.

DEMO, Pedro. **Desafios Modernos da Educação**. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998. (1995, p.89)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 39ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009 (Coleção Leitura)

_____. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3ª ed. São Paulo: Moraes, 1980.

MARQUES, Mario Osorio. **Escrever é preciso: o princípio da pesquisa**- 5ª ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MONLEVADE, João A.; SILVA, Maria Abádia da. **Quem Manda da Educação no Brasil?** Idéa Editora, Brasília, 2000.

SÁ, Giedre Terezinha Ragnini. **A Gestão Escolar na Contemporaneidade e a Construção de Uma Escola Emancipatória Segundo Gramsci**. Dissertação de conclusão de curso. Uniplac 2010.

SAVIANI, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2009.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico**. São Paulo: Libertad Editora, 2005.

VEIGA, Ilma Passos A. (org.). **Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

ZANLORENÇO, Margarete Klossowski , SCHNEKENBERG, Marisa. **Liderança e Motivação na Gestão Escolar: o trabalho articulador dos diretores das escolas municipais**. *Revista Eletrônica Lato Sensu – Ano 3, nº1, março de 2008. ISSN 1980-611*. Disponível em <http://web03.unicentro.br/especializacao/revista_pos/p%C3%A1ginas/3%20edi%C3%A7%C3%A3o/humanas/pdf/21-ed3_ch-liderancamo.pdf>. Acesso em: 11 set 2011 às 14:48 hs.